



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA-PARFOR
CURSO DE PEDAGOGIA-LICENCIATURA**

LUANA DE LIMA SOUSA

A relação do Interpretete de LIBRAS, no processo de ensino aprendizagem do aluno Surdo.

ABAETETUBA/PARÁ

2018

LUANA DE LIMA SOUSA

A relação do Interpretete de LIBRAS, no processo de ensino aprendizagem do aluno Surdo.

Trabalho de conclusão de curso. Memorial de formação. Apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito de parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, analisado e aprovado pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Orientadora: Dilma Neves.

ABAETETUBA/PARÁ

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S725r Sousa, Luana de Lima.
A relação de interprete de Libras, no processo de ensino
aprendizagem do aluno surdo / Luana de Lima Sousa. — 2018.
30 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Esp. Edilma Neves Rodrigues Reis
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2018.

1. Ensino - Aprendizagem. 2. Alunos surdos. 3. Intérprete
de Libras e Conquistas. I. Título.

CDD 370

LUANA DE LIMA SOUSA

**A relação do Interprete de LIBRAS, no processo de ensino aprendizagem do aluno Surdo.
Trabalho de conclusão de curso.**

Memorial de formação. Apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito de parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, analisado e aprovado pela Banca Examinadora formada pelos professores:
Orientadora: Dilma Neves.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Edilma Neves

Prof.

Prof.

ABAETETUBA
2018

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me deu forças e sabedoria para vencer mais uma etapa de minha vida. A minha família, em especial a minha mãe que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Dedico ainda, a todos os que contribuíram para mais essa realização na minha vida acadêmica e aqueles que acreditaram numa educação de qualidade fundamentada no compromisso, no amor e na dedicação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amor com que me conduziu nos caminhos da verdade, da fé e do amor sem medidas e pela força divina nos momentos de angústias.

A minha família, pelo apoio a mim dedicado durante esta trajetória acadêmica.

Ao meu esposo Renato que esteve comigo e acompanhou meu esforço nesses quatro anos.

Aos meus filhos, meus amores, razões da minha vida, Ayla Lorena e Caio Vitor.

Aos professores formadores do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, pela formação e transformação em minha vida pessoal e profissional;

A professora orientadora professora Especialista Edilma Neves, pelas importantes orientações e co-responsabilidades na elaboração deste trabalho:

As minhas amigas do curso de Pedagogia, Maria Lúcia, Rosiléa, Nelma Cruz, Olinda Aires e Maria Lúcia Farias, pela troca de conhecimentos e pela amizade que se sedimentou ao longo dessa trajetória.

Aos meus alunos, por me permitirem ensinar e aprender com eles e a todos que me apoiaram nesse percurso.

RESUMO

Este Memorial de formação aborda pontos relevantes da trajetória de vida profissional e acadêmica de Luana de Lima Sousa, objetivando descrever recordações da infância, desde o primeiro contato com as experiências pessoais e profissionais adquiridas, passando pelo ingresso na Universidade Federal do Pará(UFPA), sendo esse acontecimento o ápice da realização do sonho de chegar à formação acadêmica. Reflete ainda o processo da educação inclusiva de alunos surdos durante todo esse percurso histórico, mas especificamente, a relação do interprete de libras no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo.

PALAVRAS- CHAVE: Ensino-Aprendizagem; Alunos Surdos; Interprete de Libras; e Conquistas.

ABSTRACT

This training memorial deals with relevant aspects of Luana de Lima Sousa's professional and academic life trajectory, aiming at describing childhood memories, from the first contact with personal and professional experiences acquired, through the admission to the Federal University of Pará (UFPA) being this event the apex of the realization of the dream to reach the academic formation. It also reflects the process of inclusive education of deaf students throughout this historical journey, but specifically, the relation of the interpreter of pounds in the learning process of the deaf student.

KEYWORDS: Teaching-Learning; Deaf students; Interpreter of Pounds; and Achievements.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
2 CAPITULO 1: VIDA ESTUDANTIL.....	9
3 CAPITULO 2 : Vida Profissional e Acadêmica	14
4 Considerações finais	27
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

O presente memorial visa explicitar as memórias de aprendizagens desde a educação infantil à formação acadêmica no curso de pedagogia oferecido pelo PARFOR, através da Universidade Federal do Pará.

Falar dessas lembranças, me remeteu a lembrar de como iniciei meu primeiro contato com leitura escrita que era um privilégio para algumas pessoas. Pois, com outras crianças isso não acontecia devido serem consideradas diferentes. Por isso, viviam escondidas em suas casas, lhe era negado o direito de matrícula escolar não podiam ir à escola dentre outros. Esse foi o caso de meu amigo surdo de infância.

Como metodologia, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, recorrendo-se a autores e material disponível sobre a inclusão de alunos com deficiência na classe regular de ensino, mais especificamente alunos surdos.

Na escrita desse memorial ele se organiza em dois momentos que se transformam em dois capítulos. O primeiro momento recorre a momentos de minha infância e as experiências com leitura e escrita, fala ainda de minha primeira a escola á conclusão do ensino médio através do magistério.

O segundo e ultimo momento diz de minha trajetória profissional, como professora e como Interprete de LIBRAS, até meu ingresso no curso superior através do PARFOR, oferecido pela universidade Federal do Pará.

Dessa forma escrevo esse memorial registrando minhas memórias meio ao contexto do processo de educação especial e inclusiva. Falando como me constitui como professora e interprete de LIBRAS até minha caminhada acadêmica. Também falo das conquistas que ao longo das intensas discursões, foram alcançadas. Pois da forma como tudo foi acontecendo, hoje percebo que tudo já estava prescrito.

Ressalto durante a escrita desse memorial as contribuições que o curso de Pedagogia me proporcionou em poder discutir meios para que possamos ter uma educação de qualidade agora no presente, pois, nós alunos do PARFOR, somos os protagonistas, para que após de cada semestre que terminava, voltávamos para nossas escolas e vivenciávamos a práxis que aprendemos a pôr em pratica, após termos contato com teorias até em tão desconhecidas por mim.

2. VIDA ESTUDANTIL

Escrever este memorial é um desafio gratificante, pois caminhei em busca de lembrança adormecidas, porém nunca esquecidas. Nasci na cidade de Tucuruí interior do Pará, no dia 16 de setembro de 1981.

Minha mãe relatou-me que a gravidez de sua primeira filha não foi nada fácil. Sendo ela, uma mulher solteira e tendo engravidado em uma sociedade extremamente machista e preconceituosa, teve que enfrentar muitas barreiras, dentre elas, o abandono de meu pai. Desde aí, percebi que, sendo concebida desta forma, posso dizer que também comecei a enfrentar meu primeiro desafio: sobreviver.

Aos nove anos, cheguei na cidade de Abaetetuba, e, pela primeira vez, ingressei em uma escola. Dois anos antes, na cidade de Tucuruí, as aulas de uma senhora muito amorosa, chamada Dolores, foram de suma importância para que eu não sentisse dificuldades nessa primeira escola. Afinal, meus colegas tinham apenas sete anos, o que me causava certo constrangimento diante de crianças menores do que eu, porém ingressei com o conhecimento da escrita e da leitura.

Apesar de Dolores ter apenas o ensino fundamental completo, a forma com que me fez aprender as primeiras letras, foi marcante nessa fase de minha vida. Era perceptível seu compromisso com a educação, através da dedicação que imprimia nas atividades voltadas para aprender a ler e escrever, além de um ambiente acolhedor.

O sobre o comportamento de Dolores em relação ao ato de educar, os parâmetros curriculares do ensino fundamental, que diz que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis (...), de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p.23)

Assim deve ser o ato de ensinar, pois para ensinar de verdade, não consiste apenas em transferir conhecimentos, é preciso “criar possibilidades para a apropriação ou sua construção” (PAULO FREIRE, p. 20).

Atualmente, após de ter me apropriado de leituras, métodos de ensino, percebo que o qual a professora Dolores, mesmo distante das várias teorias pedagógicas, por não ter acesso a elas, proporcionava a seus alunos, certa

autonomia. Esta liberdade, nos encorajava a nos expressar de todas as formas: lendo, escrevendo e até mesmo atuando, quando as historinhas infantis saíam dos livros.

Posso dizer que esse momento era muito esperado e, talvez, tenha sido minha primeira inquietação quanto à interpretação da história, tendo em vista que eu podia ouvira emoção ou a tristeza durante a narração da professora. Mas, e quem não tinha esse privilégio como seria? Foi o caso do meu vizinho e único amigo. Ele era surdo. De forma instintiva, repassava as atividades para ele. Sem dúvida, foi minha primeira experiência e contato com um surdo.

Essa etapa de minha vida, foi a base de tudo que estava por vir. Pois no ano de 1993, fui matriculada na instituição CASA BEM TI. Essa instituição atendia até em tão, somente alunos com algum tipo de deficiência, mas após a promulgação da Lei 9.394\96, e as intensas discursões diante da educação especial a instituição cria o projeto APAE Educadora, que tem como objetivo

a sistematização de ações pedagógicas e estratégicas que possibilitem o desenvolvimento integral e facilitem a inclusão gradativa, contínua e planejada de alunos com necessidades educacionais especiais, priorizando, assim, um processo escolar que se inicia no período da Educação Infantil, que estimula o desenvolvimento humano desde os primeiros meses de vida.

Dessa forma, a instituição põe em pratica uma de suas ações, a fim de se adequarem à nova legislação, abrindo turmas para o ingresso de alunos sem deficiência, deixando de funcionar de forma segregada para se transformar em uma instituição com educação especial como modalidade de educação escolar. Nesse contexto, a “modalidade de educação escolar, é considerada como um conjunto de recursos educacionais e estratégias de apoio que estejam à disposição de todo os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento” (BRASIL\SEESP\MEC,1996). Sobre a educação especial como modalidade de educação escolar, a LDB9.394\96, art.59, I ressalta que;

Esse conjunto pode facilitar não só aos alunos identificados com necessidades educacionais especiais, mas a todos os alunos que se sentirem favorecidos por “currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às suas necessidades”, assim como métodos, técnicas e recursos desenvolvidos com a finalidade de favorecer o acesso ao conhecimento.

Foi nesse contexto que fui estudar na instituição APAE de Abaetetuba. Instituição essa que surge no município com a iniciativa de um casal de empresários que após terem um neto com síndrome Down, enfrentam muitas dificuldades para

ajudar a cuidar e educar seu neto. Diante dessas dificuldades, o casal de empresário, resolvem unir forças com pais de crianças especiais, para fundarem uma instituição que possa prestar atendimento especializado no município de Abaetetuba. Assim, surge a instituição CASA BEM TE VI, que vai funcionar durante muitos anos prestando apenas atendimento especializado na área clínica para crianças com síndrome Down e deficientes intelectuais. Essa forma de atendimento é caracterizada, dentro da história da educação especial, como de segregação, ou seja, eram instituições voltadas apenas para o atendimento clínico, pois a escolarização era trada de forma secundária, o que acarretava a não escolarização, a não –terminalidade e a não- certificação escolar ,como SIGMON (1983,p.3) cita: “Quase todas as crianças confinadas a cadeira de rodas, não treinadas no controle das funções fisiológicas ou consideradas ineducáveis eram excluídas, devido os problemas que seu ensino iria envolver”. O mesmo acontecia em outras cidades, com os alunos surdos ou cegos.

Dessa forma, a CASA BEM TEVI, prestou atendimento por muitos anos. E Apos alguns anos passou a se chamar APAE (associação de pais e amigos dos excepcionais). Tornando-se assim ainda mais reconhecida no município e expandindo seu atendimento para outros tipos de deficiência.

Nesse sentido, não poderia discorrer sobre outro tema, que não fosse esse: a relação do intérprete de libras no processo de ensino- aprendizagem do aluno surdo. Pois essa minha passagem pela instituição foi o marco para que, mesmo que ainda muito cedo, eu já me permitisse refletir sobre discriminação e preconceito, pois as lembranças de meu amigo surdo de infância, indo para minha casa escondido sem que ninguém o visse, eram ainda mais presente em minha memória no período que estudei na instituição.

Na instituição todos profissionais eram sempre muito atenciosos, dedicados e comprometidos com uma educação que envolvesse todos os alunos sem nenhuma discriminação. No dia-dia na instituição, percebia que, independente de condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras limitações, todos nós tínhamos possibilidades e capacidades a serem desenvolvidas, dependendo apenas de oportunidades que favorecesse a igualdade de direitos, oferecendo assim um ensino voltado para o sucesso, para a construção da cidadania e muito menos voltado para a competição que tanto marca a sociedade da exclusão.

Durante os dois anos que estudei na instituição, tive duas professoras, dentre elas a professora Conceição Sena. A mesma era muito amorosa e dedicada aos seus alunos. Posso dizer que professora “Conce”, como era chamada, foi minha inspiração para reforçar ainda mais minha vontade de me tornar uma educadora.

No período que estudei na APAE, foram momentos que percebi que apesar das limitações as crianças com deficiência são capazes de expressar seus sentimentos e suas vontades. Infelizmente a instituição só oferecia até a quarta série do ensino fundamental, daí quando passei para 5º série do ensino fundamental e tive que ir estudar em outra escola estadual.

Assim fui no ano de 1995, estudar na Escola estadual, Carmem Cardoso. Nessa nova escola, por mais que se falasse em inclusão no espaço escolar, não havia nenhum aluno com deficiência matriculado no horário em que eu estudava. Estudei na referida escola apenas um ano e em nenhum momento após eu sair da APAE, ouvi ou vivenciei novamente a educação especial de forma tão próxima de mim.

Na mesma escola, percebia que a concepção educação especial, não fazia parte do seu currículo. Foi estranho para mim, pois uma experiência de educação especial, ir estudar em uma escola que não tinha nenhum aluno com deficiência. Parece até estranho dizer isso, mais foi assim mesmo que me senti naquele momento. Inúmeras vezes me perguntava o que era normal para a educação que vivenciei na APAE e agora na Carmem Cardoso. Apesar de bem diferente da instituição anterior, também tive bons professores que muito me ajudaram e também contribuíram para minha formação.

Dentre esses professores gostaria de citar o professor Amarildo, professor de geografia. O mesmo trazia para suas aulas, muita descontração e ao mesmo tempo aprendizado. Ao término do ano 1996 conclui a quinta série e novamente mudei de escola. Agora já no bairro onde morávamos, Cristo Redentor. Na mesma cursei a 6º, 7º e 8º série do ensino fundamental.

Na escola Cristo Redentor, assim como na escola Carmem Cardoso, não havia alunos com deficiência. Com isso eu fica imaginando, se os alunos da APAE, nunca iam sair da instituição para uma escola.

No ano de 2000, inicio meu ensino médio normal, na escola Professor Bernadino Pereira de Barros. Foi outro momento difícil para mim, pois precisei trabalhar como empregada doméstica para ajudar financeiramente minha família,

que mais uma vez passava por um momento financeiro muito difícil. Mas essa situação não me desanimou e segui firme em meu objetivo de me tornar uma educadora.

O curso normal me proporcionou grandes oportunidades e descobertas profissionais. Aprendi a compreender melhor a prática educativa, entender como elaborar um planejamento, e organizar o espaço educativo, resumindo foi lá que realmente me identifiquei com a docência. A partir daí, comecei a ter um olhar mais reflexivo diante da minha prática pedagógica. Segundo Farias (2009, p.77)

A Formação configura-se como uma atividade humana inteligente, de caráter processual e dinâmico, que reclama ações complexas e não lineares. Nesse sentido trata-se de um processo no qual o professor deve ser envolvido de modo ativo, precisando continuamente desenvolver atitudes de questionamentos, reflexão, experimentação e interação que fomentem a mudança.

No magistério tive ótimos professores, que foram de grande importância para a minha formação docente, pois através de suas conversas e conselhos, me ajudaram a superar dificuldades. Dentre eles gostaria de citar o professor Luiz Carlos, o mesmo lecionava a disciplina estágio supervisionado e professora Doralice que lecionava a disciplina didática, esses dois professores sempre nos traziam palavras de incentivo e reflexões sobre um olhar diferenciado na forma de ensinar e de como ensinar em uma escola que a todo momento se transforma. Assim para que como educadores do futuro, pudéssemos atuar de forma abrangente, sem nenhum tipo de exclusão. Dessa forma, estaríamos contribuindo para que a escola, deixasse de ser um espaço que apenas os melhores são selecionados todos aos alunos para que continuássemos a carreira do magistério. Eram de ser seletiva e passasse a ser defensores da escola pública.

Sempre serei muito grata a todos os professores que contribuíram para que hoje eu chegasse a uma formação acadêmica. Olhando para o passado, me recordo-me das dificuldades enfrentadas em todas etapas de minha vida, vários momentos pensei em desistir, mas o compromisso e o sonho de me tornar educadora falavam sempre mais alto.

Muitas vezes, após as aulas no ensino normal, ia com colegas a praça da Bandeira para me distrair e esquecer um pouco dos problemas do dia –dia. E meio a

conversas e brincadeiras sempre me deparava com um grupo de jovens formado por pessoas surdas e por ouvintes, que também conversavam, brincavam e se divertiam com uma linguagem até então desconhecida por muitos e por mim. Essa situação começou a me causar um certo incômodo e curiosidade após algum tempo. Pois cada vez que ia a praça, me recordava de momentos que havia vivido com meu amigo de infância que era surdo. Imaginava eu me comunicando com ele através dessa língua. Mas apesar do grupo conseguir se comunicar entre si, os mesmos acabavam ficando excluídos de todo o público que ali estavam todas as noites. Minhas idas a praça da bandeira se tornaram cada vez mais frequentes, e após algumas conversas com alguns colegas, descobri que a forma de comunicação entre o grupo se chamava LIBRAS (língua brasileira de sinais). Sobre essa forma de comunicação, a lei N 10.436, de 24 de Abril de 2002, no Art,1 diz que; É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Sendo assim, toda vez que via aqueles jovens conversando, me recordava de meu amigo de infância e ficava imaginando o que poderíamos ter vivido se soubéssemos essa língua. Foi diante dessas lembranças que resolvi aprender LIBRAS, e não deixar que o passado se repetisse novamente, já que, com meu amigo surdo, me comunicava apenas com gestos e mímicas que só nos sabíamos o significado.

No ano de 2003 conclui meu ensino médio normal com muita expectativa de que iria prestar vestibular e conseguiria ser aprovada no curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará. E assim fiz, prestei vestibular, mas infelizmente não consegui passar. Confesso que fiquei muito triste. Mas depois de conversar com algumas colegas, e saber que naquele mesmo ano, a prefeitura estaria contratando professores para trabalhar na EJA, que tivessem o ensino normal, vi então uma grande oportunidade de iniciar minha carreira profissional como educadora.

3 Vida Profissional e Acadêmica

Minha trajetória profissional como educadora teve início no ano de 2004, aos 24 anos de idade, quando fui lecionar na EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Foi uma experiência muito gratificante para o início de minha carreira profissional. Meus alunos eram adultos e de um certo modo eram especiais. Quando eles chegavam na escola com a aparência de cansados, muitas vezes me via neles. Lembrava do tempo em que eu estudava e trabalhava para ajudar minha família. Em minhas aulas procurava sempre levar uma palavra de conforto, de carinho e incentivo para que não desistissem de seus sonhos. Assim como professores meus me incentivaram no passado. Dessa forma, percebia que os alunos da EJA assim como os alunos com deficiência, também precisavam de uma educação diferenciada e que lhes desse oportunidade de mostrar suas possibilidades e contribuições perante uma educação que não era contextualizada com a realidade que o aluno EJA vivencia todos os dias.

Trabalhei na EJA durante quatro anos. E entre 2008 e 2009, trabalhei com projetos de alfabetização; MOVA e BRASIL ALFABETIZADO. Trabalhar nesses projetos foi uma experiência muito gratificante para minha carreira como educadora. Apesar de receber apenas uma bolsa, abaixo do valor do salário mínimo da época, eu me dedicava ao máximo para realizar um bom trabalho e permanecer no projeto, pois nesse mesmo período eu já estava casada e tinha uma filha de 4 anos de idade.

No final do ano de 2009, fiz um concurso para professora na cidade vizinha a Abaetetuba, Igarapé – Mirí. Na colocação geral do concurso fiquei aprovada, só me restava agora esperar ser chamada. Enquanto isso não acontecia, eu continuei trabalhando em projetos de alfabetização, agora novamente na EJA. No ano de 2010, fiquei sabendo através de uma amiga que a escola técnica Cristo Trabalhador restaria abrindo turmas para o curso técnico em libras, então fui até a mesma e me matriculei e comecei a estudar o curso de libras, que eu tanto queria, mas por certo tempo ficou adormecido. Lembro que fiquei muito feliz e ansiosa para começar a estudar, pois as aulas se davam apenas aos sábados.

O grande dia chegou. A primeira aula foi de apresentação como em qualquer outro curso, mas esse tinha um diferencial. Já no primeiro encontro fomos batizados com um sinal, e logo tivemos que aprender nosso nome em libras. Esse momento foi fantástico para mim. Não imaginava que seria, de certo modo, fácil utilizar a LIBRAS. A cada sábado aprendíamos algo novo, além de podermos ter contato com pessoas surdas e estarmos aprendendo outra forma de comunicação. As professoras

Marinete, surda, e a professora Madalena, ouvinte, eram ótimas e sempre estavam tirando nossas dúvidas, e muito paciente com todos nós.

O curso teve um período de doze meses. Nesse período me dediquei ao máximo que podia, para conseguir ter um bom aproveitamento e desempenho no curso. Assim, dividia meu tempo. Durante o dia me dedicava a minha família, a noite ao meu trabalho e aos sábados o curso de libras.

Durante esse período muitas dificuldades foram vividas. Mas no início do ano de 2011, para minha surpresa chegou em minha casa, um documento me convocando para comparecer à prefeitura de Igarapé-Miri para assumir o cargo de professora, onde tinha feito o concurso em 2009. Quase não acreditei, fiquei muito feliz e sabia que a partir daquele momento muita coisa iria mudar em minha vida.

Compareci a secretaria de educação do município e recebi minha lotação para trabalhar em uma comunidade no interior do município chamada de Paraiso. Nesse primeiro momento fiquei na verdade preocupada, pois fui informada que tinha que passar de segunda a sexta na localidade. Confesso que a possibilidade de deixar minha família durante alguns dias, me fez chorar escondido muitas vezes. Pois era uma experiência que ainda não havia vivido. Mas ao mesmo tempo me pegava com Deus para que me desse forças e conseguisse superar, mais uma vez, as dificuldades que iria encontrar nessa nova caminhada. Sempre acreditei que haveria algum muito especial me esperando nessa comunidade.

Iniciei meu trabalho na comunidade juntamente com um grupo de professores do ensino fundamental e logo nos primeiros dias de aula me deparei com uma situação de quatro alunos surdos estudando na mesma série. Sendo que esses mesmos alunos eram irmãos e suas idades variavam de 7, 14, 23 e 28 anos. Confesso que fiquei muito assustada quando fui informada da situação desses alunos. Pois segundo professores e o diretor da escola, os alunos surdos, eram matriculados todos os anos, mais ainda não tinham tido nenhum professor de apoio para lhes auxiliarem na escola. Sendo assim, não conseguiam avanço e por isso, ainda estavam cursando o 1º ano do ensino fundamental. Diante daquela situação, e já sabendo alguns direitos que esses alunos tinham, fiquei indignada em saber que o gestor da escola, não tomava nenhuma atitude para que esses alunos viessem ter seus direitos garantidos, pois a educação inclusiva vai muito além garantir matrícula de alunos com deficiência. Para Serra (2006, p.33) [...] uma classe inclusiva é aquela que promove o desenvolvimento de seu aluno e não

apenas oferece a oportunidade de convivência social”. Dessa forma percebemos que ,muitas escolas apresentam a ideia errônea que para incluir basta matricular o aluno com deficiência e pontuar a necessidade de revisão em relação à dimensão conceitual e ao mesmo tempo colocar a necessidade de buscar novas experiências, lembrando a importância de a escola ser um espaço de aprendizagem significativa. Naquele momento percebi quantas crianças ainda tinham seus direitos negados, assim como meu amigo de infância. Diante da falta de conhecimento e compromisso em se fazer cumprir o que a constituição federal de 1988, respalda no acesso ao atendimento educacional especializado:

No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, comum dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino(art.208). (BRASIL,2008,p.7)

A educação de alunos surdos, na escola regular, não se faz apenas dando acesso a escola, ela deve garantir o acesso, a participação e possibilidades de aquisição de conhecimento, na língua materna-LIBRAS. Para Lacerda (1998), a educação bilíngue defende a ideia de que a língua de sinais é a língua natural dos surdos, que mesmo sem ouvir, os surdos podem desenvolver plenamente uma língua visual espacial, sendo adquirida com naturalidade e rapidez, possibilitando o acesso a uma linguagem que permite uma comunicação eficiente e completa como aquela desenvolvida por indivíduos ouvintes, favorecendo os surdos um desenvolvimento cognitivo, social e educacional mais adequado e compatível com sua faixa etária. Portanto não desisti de lutar pelos direitos daqueles alunos, que parecia estar esquecido naquela localidade. E a cada dia que passava, entendia que aquele era o propósito de Deus para que eu estivesse naquela comunidade diante desse grande desafio, em promover a inclusão desses alunos na escola, na família e na comunidade onde viviam.

Um mês após o início das aulas na comunidade e numerosas cobranças minha diante da situação, a coordenadora da escola sabendo que eu estava concluindo meu curso técnico em LIBRAS, me propõe que eu assumo a vaga de interprete de LIBRAS, para os alunos surdos. Nesse momento não sabia o que dizer a coordenadora. A mesma me disse que diante dos meus questionamentos sobre o

interprete de libras para os alunos, a única solução era que eu assumisse o cargo, já que eu era funcionaria efetiva da escola e tinha formação na área. Fiquei muito insegura no momento, mais aceitei o desafio, pois não podia deixar que a minha insegurança falasse mais alto diante da situação de 4 alunos surdos em sala de aula sem nenhuma comunicação. Portanto, esse foi meu primeiro contato com pessoas surdos após meu amigo de infância.

Chegou o dia em que estaria assumindo o papel de interprete de libras em sala de aula. No início, os alunos estranharam minha presença próximo deles fazendo gestos que eles ainda não conheciam. Tentei explicar de uma forma que eles entendessem, que eu estava ali para ajuda-los a se comunicar com os colegas, professores e todas demais funcionários da escola. Inicie meu trabalho, mostrando a eles o alfabeto comum adaptado com as mãozinhas em libras e pedi para que repetissem junto comigo, apenas a irmã mais velha se recusou a fazer, mais com o tempo ela passou a interagir com seus irmãos e comigo também. Dessa forma foi que desenvolvi minhas atividades com os alunos surdos e os demais alunos da turma, os mesmos sempre demonstravam interesse em aprender LIBRAS também. Nesse mesmo ano, conclui meu curso de LIBRAS, e iniciei minha caminhada na educação especial, participando de formações, seminários, palestras e todo evento que pudesse ampliar meus conhecimentos, principalmente na área da interpretação, área essa que me despertou grande interesse, após vivenciar essa experiência de interprete de LIBRAS.

Quadros (2004) diz que o TILS (tradutor\Interprete de Língua de Sinais) é aquele que realiza a interpretação da língua oral para a língua de sinais e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

[...] confiabilidade (sigilo profissional); imparcialidade (O interprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); discricão (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). Quadros e Karnopp (2004, p.25).

Trabalhar como interprete na escola Manoel da Paixão no ano de 2011, atendendo esses alunos foi sem sombra de dúvidas o momento determinante para minha vida pessoal e profissional. Pois no dia- dia de meu trabalho com esses alunos, vivia com eles momentos que gostaria de ter vivido com meu amigo surdo, como saber o nome dele, qual sua idade, o que sentia, pois sempre apresentava uma expressão de tristeza quando o via ir embora. Enfim, também aprendi a ser uma pessoa mais humana, a ter um olhar diferenciado diante das dificuldades e particularidades de cada aluno com ou sem deficiência.

Minha permanência na escola Manoel da Paixão durou apenas um ano. No ano de 2012, apesar de já ter me apegado ao meu trabalho na localidade e gostado muito dos alunos, pedi para ser lotada em uma escola na zona urbana de Igarapé-Miri. Nesse momento minha família precisava que eu estivesse mais presente, mesmo que fosse por algumas horas. Então fui lotada na Escola Caetano Correa Leão, na função de interprete de libras.

Dessa vez fui atender três alunas surdas no período da manhã e um aluno surdo no período da tarde. Agora com mais segurança no que estava fazendo, assumi os alunos e o compromisso de cada vez mais divulgar a LIBRAS como segunda língua mais usada no Brasil, apesar de ela ter sido reconhecida apenas recentemente no Brasil e em outros países. Aqui no Brasil, a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil pela Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, sendo regulamentada somente três anos mais tarde pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Nessa nova escola vivenciei muitas experiências novas, uma delas foi o desafio de sensibilizar professores diante da necessidade de reconhecimento do aluno surdo, como um ser humano capaz de se expressar, comunicar-se e de se relacionar como qualquer outro aluno da escola, além de ter garantido o ensino-aprendizagem em sua língua materna-LIBRAS. Como cita LACERDA, cabe aos professores, compreender e fazer uso da comunicação e linguagem que o surdo utiliza para mediar o processo de ensino-aprendizagem, viabilizando a relação pedagógica entre professor e vice-versa. Sei que o assunto ainda era muito recente em algumas escolas. Portanto, falar de inclusão não foi nada fácil, principalmente quando se falava de alunos surdos. Era muito comum eu ouvir dos professores: como ele vai me entender na hora da explicação. Como vai participar das atividades

expositivas, em fim eram muitos questionamentos e dúvidas diante do contexto da educação inclusiva.

Após dois anos de já estar trabalhando na Caetano, exatamente no ano de 2014, fui selecionada no curso de pedagogia pela UFPA, para professores que ainda não tinham o ensino superior, oferecido pelo plano nacional de formação de professores PARFOR. Que vem suprir a necessidade de formação para professores da rede básica, diante de um processo constante de mudanças na realidade econômica e social, constituindo como grande desafio às políticas educacionais e institucionais de ensino.

Nesse contexto nasce o PARFOR, Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica-um programa emergencial na modalidade presencial, instituído para atender o dispositivo 11, inciso III do decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre os municípios, estados, Distrito Federal e as Instituições de Ensino Superior (IES). Cabendo a coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação(MEC), à gestão executiva e financiamento dos cursos ofertados pelo PARFOR.

Ser selecionada no curso foi outro momento marcante em minha vida. Pois tinha plena consciência que oportunidade de poder cursar o ensino superior no curso de pedagogia e ainda por uma instituição renomeada, era uma oportunidade única. Além de ser tudo que queria para complementar minha carreira profissional.

Dessa forma, iniciei meu ensino superior no ano de 2014, no período intercalar. A partir desse ano, tive que ter muitas forças para poder conciliar trabalho, família e estudos.

Após cursar o primeiro semestre já era perceptível a mudança em meu comportamento e na minha prática profissional. Pois, a universidade faz a gente formar, pensar e criar novos conceitos sobre a educação de todos e mais ainda, a nossa própria educação.

Assim, concordo quando Paulo Freire diz, em uma de suas obras, Pedagogia da Autonomia, que o ato de ensinar envolve e requer muitos saberes necessários a prática educativa, dentre eles; a consciência do inacabamento do ser humano;

Como professor crítico, sou um “aventureiro” responsável, predisposto à mudanças, à aceitação do diferente. Nada do

que experimentei em minha atividade docente deve necessariamente repetir-se. Repito, porém, como inevitável, a franquia de mim mesmo, radical, diante dos outros e do mundo. Minha franquia ante os outros e o mundo mesmo e a maneira radical como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento. (FREIRE.2016,p.49)

Pois foi exatamente assim que me senti, quando me permiti vivenciar novas experiências através do curso superior. Um ser inacabado, aventureiro e disposto a aceitar o diferente como um indivíduo que interage e também pode participar do seu processo de ensino-aprendizagem através de sua língua materna.

Voltando para a escola, após um período intenso de estudo, meus alunos sempre estavam me aguardando ansiosos. Como o período de estudos durava em média 45 dias, os alunos sempre iniciavam as aulas sem interprete. Então, conversava com professores para que os mesmos, pudessem adotar algumas medidas em suas aulas para que os alunos não tivessem perda total do que estava sendo trabalhado. Alguns, professores, até aceitavam se adequar á essas mudanças, mas outros viam meu trabalho de interprete, insolado como se o aluno fosse meu e não da escola.

Trabalhar como interprete foi, e, é desafiador, pois muito ainda precisa ser esclarecido na profissão.

A publicação do Decreto nº 5.626\2005 (BRASIL,2005) tornou obrigatório a presença deste profissional nos espaços educacionais que recebem alunos surdos. Mas somente em 1º de setembro de 2010 pela Lei nº12.319(BRASIL,2010) que foi reconhecida a profissão de tradutor e Interprete de LIBRAS.

Percebe-se, portanto, que não bastou apenas criar leis e reconhecer a profissão, precisava fornecer formação e esclarecer o papel do interprete no processo de ensino –aprendizagem do aluno surdo, diante do contexto da inclusão dos mesmos em salas regulares. Já que quando o interprete não está presente, não há interação e conseqüentemente não há aprendizado.

Mas apesar das barreiras e dificuldades, eu precisava desenvolver minhas atividades na escola. Assim fiz, juntamente com os demais profissionais que estavam abertos a conhecer o novo e o diferente, para que nossa escola conseguisse desenvolver uma educação para todos sem nenhuma discriminação, a

qualquer tipo de deficiência. Só assim poderíamos estar contribuindo para que educação inclusiva se tornasse uma realidade em nossa escola.

Sobre a educação Inclusiva Rosa, Delou e Oliveira dizem que;

A educação Inclusiva é uma pratica inovadora que está enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que a escola se modernize e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que desafia o cotidiano escolar brasileiro. São barreiras a serem superadas por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. Precisamos aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir e pensar. (ROSA,DELOU,OLIVEIRA,2008,p.22)

Nas discursões durante as aulas da disciplina Educação Especial na universidade, sempre colocavam que essas barreiras, precisavam ser superadas também fora do espaço escolar, pois já vivemos uma época em que é possível ser diferente, mas não é possível viver e demonstrar a diferença, e isto é percebido no momento em que uma sociedade que luta por liberdade de expressão discrimina pessoas em razão de diferenças de características intelectuais, físicas, culturais sexuais, sociais, linguísticas, discriminando ainda as pessoas que trabalham e também aquelas que de tanto repetir desistiram de estudar, entre outras estruturas do modelo tradicional de educação escolar.

Posso dizer que cada disciplina que estudei na universidade me trouxe muitas contribuições para minha vida pessoal e profissional.

As experiências ali vividas jamais serão esquecidas. Desde a primeira disciplina História da Educação, que me proporcionou conhecer, passagens importantes da nossa educação. Educação essa que também era marcada e caracterizada por exclusões de um grupo de educandos que estavam longe do padrão de anormalidade aceitável de cada período histórico.

Confesso que não foi nada fácil estudar no intervalar. Muitos foram os desafios imposto durante o percurso acadêmico. Dentre eles posso citar o período da disciplina filosofia da educação foi um grande desafio para mim. Pois já fazia alguns anos que estava sem estudar e quando me deparei com textos acadêmicos

científicos para fazer leituras e resumos em pouco tempo, não consegui me situar na disciplina, e logo no primeiro fichamento que tive que entregar eu simplesmente bloqueei meu pensamento e não conseguia concluir meu trabalho. Fui chamada atenção pela professora, que para minha surpresa me elogiou pelo pouco que havia conseguido produzir, e me deu dicas de como poderia está organizando meu tempo de estudos para que isso não viesse acontecer mais nas outras disciplinas.

Durante os períodos de aula, sempre procurava dar o melhor de mim nos trabalhos individuais ou em equipes. Que por sinal consegui formar durante esses quatro anos de curso, uma equipe de estudos e de trabalhos desde a primeira disciplina, que se só veio se consolidando cada vez mais no decorrer dos anos.

No segundo semestre de 2015, voltar as aulas na UFPA, foi desafiador para mim. Pois fazia apenas dois meses que eu havia dado à luz ao meu segundo filho. Confesso que estudei esse semestre com muita dificuldade. Não conseguia me concentrar nas aulas sabendo que tinha um bebê em casa me esperando.

O semestre terminou, e apesar das dificuldades desse período, consegui tirar boas notas e ser aprovada nas disciplinas.

O tempo foi passando e a cada semestre que chegava me dedicava cada vez mais a todas as atividades que eram propostas para mim.

Cada disciplina me proporcionava uma experiência nova e desafiadora diante da educação que vivenciava todos os dias na escola que trabalhava. Principalmente as disciplinas que traziam os textos e livros de estudos de Paulo Freire, como; a Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Autonomia.

Acredito que dentre os vários autores e teorias estudadas no curso, Paulo Freire e suas teorias, foi a que mais procurei trazer para minha prática profissional. Dentro do contexto da educação inclusiva que atuo. Sempre procuro seguir alguns dos saberes que Paulo Freire cita na passagem de Pedagogia da Autonomia; ensinar exige alegria e esperança;

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria (FREIRE,2016, p.70)

Paulo Freire deixa claro em suas obras, que era um defensor de uma educação que incluísse todos os alunos, independentes de qualquer limitação. Pois

assim poderemos ter esperança de superar essas as dificuldades e os desafios que a nova concepção de educação especial nos propõe, poderemos garantir uma educação de qualidade e acessível a todos os alunos.

Portanto, essa também foi minha inquietação em defender a lutar pelos direitos dos alunos que atendi e atendo nesse percurso de minha caminhada profissional e acadêmica.

Durante minhas participações nas aulas com os alunos, fui percebendo cada vez mais que, não há como haver educação de alunos surdos sem que os mesmos, tenham um interprete em sala de aula para mediar esse conhecimento através da interpretação de tudo que está acontecendo em sala ou em outro ambiente escolar. Dessa forma estaremos possibilitando que os alunos possam está interagindo com ouvintes, e o meio que os cercam.

Outro período que muito marcou muito me marcou, foi 5º período, que ocorreu no ano de 2016. Minha mãe teve um descompensamento de diabete, o que lhe ocasionou sérios problemas de saúde.

Mas com a ajuda de Deus e o companheirismo de meus colegas de turma consegui superar mais essa etapa, e o melhor de tudo, minha mãe conseguiu se restabelecer e continuar do meu lado.

Assim segui firme que dias melhores viriam e que ainda tinha muitas coisas boas para vivenciar na minha vida pessoal e profissional. Pois estava cada vez mais envolvida com meus alunos e com a causa que defendia em favor da inclusão escola de alunos com deficiência.

Dessa forma aguardava ansiosa o período das disciplinas: Educação Especial e LIBRAS. Até que o grande chegou. Infelizmente uma semana foi muito pouco para discutir o que ao longo de nossa história, vem sendo arrastado para uma educação cada vez mais excludente diante do não cumprimento de leis, que favorecem a adaptação curricular, a garantia do interprete em sala de aula, dentre outras ações que necessitam acontecer urgentemente em nossas escolas. Nossos alunos já foram penalizados por muito tempo e não podemos mais deixar que isso continue.

Na disciplina de LIBRAS, eu e uma amiga, que havia tido contato com LIBRAS, tivemos a honrar de auxiliar o professor em algumas atividades. A semana passou tão rápido que se eu pudesse voltaria para a universidade para cursar a

disciplina no ensino regular. A disciplina me trouxe ainda mais conhecimentos que nesse citava saber diante da interpretação e do ensino de LIBRAS com meus alunos.

Portanto após cursar a disciplina consegui visualizar que, para que o processo de ensino aprendizagem do aluno surdo aconteça com êxito se torna necessário uma educação bilíngue, ou seja, faz-se necessário professores que domine a língua Brasileira de sinais além da língua portuguesa.

Diante do que vem acontecendo, em relação as intensas discursões sobre os direitos das pessoas surdas, me vejo na necessidade de reconhecer que algumas conquistas importantes já foram alcançadas. Dentre elas posso citar a realização do processo seletivo, do qual eu fiz parte, realizado pela secretaria de educação do estado do Pará (SEDUC), para contratação de Interprete de LIBRAS, para atender alunos surdos em sala de aula, da rede regular de ensino.

Trabalhar como interprete de LIBRAS pela secretaria do estado de educação, está sendo uma experiência inexplicável. Poder fazer a mediação entre professor e aluno, é uma experiência que nem sei como explicar. No momento que assumi ser interprete, dos alunos surdos lá do interior de Igarapé-Miri, não imaginava que essa seria minha bandeira de luta onde quer que eu estivesse.

Dessa forma venho consolidando minha carreira profissional superando desafios que me são impostos no contexto da educação inclusiva.

O PARFOR muito contribui para que essa consolidação fosse ainda mais completa. Pois foi através de participações em eventos, seminários e encontros que consegui vivenciar experiências de professores que se dizem despreparados para atuar em sala de aula diante de tantos desafios que a educação atual impõe.

Alguns desses desafios também foram sentidos por nós em quanto acadêmicos. Alguns tiveram que deixar família durante todo semestre, correr riscos de ser dispensado do trabalho por serem contratados e não poderem faltar no trabalho, mesmo que fosse por estar estudando, dentre outros. Também tive colegas que nesse percurso acadêmico perderam mãe, irmãos, filhos, pais e tantos momentos junto de suas famílias que abriram mão para poder obter o nível superior.

Contudo estamos chegamos ao fim dessa etapa acadêmica, com a convicção de que o curso de pedagogia PARFOR vem cumprindo o seu papel ao possibilitar o encontro dos professores em formação com as reflexões entre teoria e prática, elementos indissociáveis da atuação docente.

Acredito que cabe a cada um de nós acadêmicos a tarefa de tornar mais significativa seu processo de formação se apropriando de todo o conhecimento disponibilizado no curso e, também se responsabilizando por sua ampliação e aprofundamento de conhecimento em cada área que já atuam.

4 Considerações finais

Finalizando a escrita desse memorial, posso dizer que, tentei trazer para esse trabalho de conclusão de curso, um pouco de minha trajetória desde a minha com vivência com um amigo surdo de infância até minha vida profissional se interligar com a educação dos mesmos. Além das importantes contribuições que o curso de pedagogia me proporcionou através do PARFOR. Também procurei relatar a dificuldade que o aluno surdo tem em não poder ter um intérprete em sala de aula, mediando a comunicação entre todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

Agradeço imensamente aos alunos que contribuíram, me permitiram e ainda me permitem desenvolver meu trabalho, apesar das barreiras que encontramos todos os dias em sala de aula.

Enfim, compreendo que cabe a escola se adequar as condições dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo de escola que temos hoje.

Durante meu percurso profissional e acadêmico, percebi que, apesar de algumas conquistas, a escola e a universidade, ainda precisam melhorar muito para atender as especificidades dos alunos surdos. Uma vez que em ambos espaços ainda lhe é negado o direito de ter um intérprete ou um professor bilíngue, que possa favorecer a alfabetização dos mesmos em sua língua materna a LIBRAS.

REFERÊNCIAS

Lei 9.394/96 Apae Educadora. Disponível no site <www.apaemcoag.br/apeduc.chtm>
BRASIL|SEEP\MEC, 1996.e Educação especial como modalidade de educação
escolar LDB 9.394/96.art.59,1

FARIAS: Isabel Maria Sabino de. et.al. Fundamentos da Prática Docente: elementos
quase invisíveis. In: Didática e docência: apresentando a profissão: Brasil: Líder
livro, 2009.

Lei nº 10.436,24 de abril de 2002, art. 1

Constituição (1988). Constituição da Federativa do Brasil. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitucao.htm>. Acesso em: 10
de abril de 2018.

LACERDA, Cristina. Um pouco das histórias das diferentes abordagens da
educação dos surdos. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n.46, set.1998

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos
linguísticos. 1.ed. Porto Alegre:Artmed,2004

-----Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005b.regulamente a Lei.n.10.436, de 24
de abril de 2002,que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, e o art.18
da Lei n. 10.098 ,de dezembro de 2000.Disponivel em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso
em: 14 de abril de 2018.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à pratica educativa.
São Paulo: Paz E Terra,2016

ROSA, Suely Pereira da Silva; DELOU, Cristina Maria Carvalho; OLIVEIRA, Eloíza
da Silva Gomes; Curitiba: IESDE Brasil S. A,2008 320p.

SERRA, D. Inclusão e ambiente escolar. In: SANTOS, M. P. PAULINHO. M.M(Org.)
Inclusão em educação: culturas, politicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.